

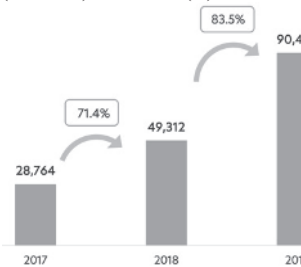
MÉLIUZ S.A. (Anteriormente denominada Méliuz Veic. e Divulg. Virtual S.A.)
CNPJ: 14.110.585/0001-07

RELATÓRIO DA ADMNISTRAÇÃO

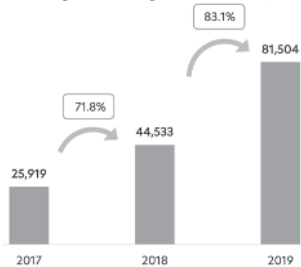
A Companhia - A Méliuz iniciou suas operações em 2011 com o objetivo de trazer mais valor e inteligência às relações de consumo, aproximando marcas e clientes. Para tal, fornecemos soluções digitais por meio de uma plataforma integrada de *marketplace* e serviços financeiros, que conecta, mais de 10 milhões de contas a mais de 800 parceiros ativos. Contamos com mais de cem funcionários, sendo que quase metade trabalha diretamente com produto e engenharia, desenvolvendo plataformas com objetivo de conquistar clientes por meio de um produto único e diferenciado, com faturamento de R\$ 90,5 milhões em 2019. O nosso modelo de negócios é estruturado para entregar uma proposta de valor “ganha-ganha-ganha”, na qual todos os *stakeholders* do nosso ecossistema digital (usuários, parceiros e a nossa Companhia) são beneficiados por meio do seguinte ciclo virtuoso sustentável: ■ Os nossos usuários recebem, de forma gratuita, acesso a uma pluralidade de marcas, produtos, serviços, cupons de descontos e *cashback*, todos organizados em um único ecossistema digital dinâmico e *user-friendly*; ■ os parceiros, por sua vez, têm acesso a um importante canal de divulgação das suas marcas, produtos e serviços, o qual, além de atingir uma base de mais de 10 milhões de consumidores qualificados, conta com inteligência de dados e tecnologia voltados para aquisição e retenção de usuários, com a finalidade de gerar mais vendas pelos parceiros e ao mesmo tempo otimizar os seus investimentos de *marketing*; ■ A nossa Companhia é remunerada pelos parceiros pela divulgação de seus produtos, serviços e marcas, geração de vendas, aquisição e retenção de usuários, podendo esta remuneração ser variável baseada em performance ou fixa por um pacote de divulgação. Atuamos em duas principais frentes de negócio: *marketplace*, incluindo os principais *players* dos mercados de *e-commerce*, turismo e lazer, bens de consumo, serviços diversos; e serviços financeiros, que inclui instituições financeiras, como bancos, *fintechs*, entre outros. Por serem complementares, conseguimos explorar a sinergia operacional existente entre as duas frentes, amplificando o efeito de rede por meio do uso simultâneo da base de usuários e de seus dados - os quais são trabalhados e transformados em inteligência de mercado -, permitindo a realização de *cross-selling* (venda cruzada) de produtos e serviços. Dessa forma, o nosso ecossistema cria um importante efeito de rede, uma vez que a percepção de valor da Méliuz tende a aumentar à medida que mais usuários aderem ao programa, impulsionando assim a entrada de novos parceiros e serviços. Estes, por sua vez, permitem atrairmos mais usuários qualificados para nossa base, estimulando um ciclo virtuoso de crescimento. Com o aumento do número de contas, conseguimos também ampliar nossa base de dados interna, permitindo oferecer soluções cada vez mais apuradas para nossos parceiros. Com uma forte cultura de testes, trabalhamos para a melhoria contínua nos resultados em diversos estágios do funil de aquisição de usuários e em diferentes etapas da operação da nossa Companhia. Acreditamos que a referida cultura, promove a nossa performance operacional e melhoria das taxas de conversões, o que reflete em redução de custos e aumento de receitas. Utilizamos, de forma intensa, *machine learning* aplicadas à extensa base de dados para desenvolver e entregar produtos customizados. Além disso, trazemos em nossa essência a valorização do espírito empreendedor de todo o time, o que faz com que estejamos sempre em busca de novas oportunidades que possam ampliar ou complementar nosso portfólio de produtos e serviços, acelerando o nosso crescimento. Atuamos sob modelo de negócios totalmente *asset-light*, com remuneração variável baseada em performance ou fixa por um pacote de divulgação. Por operarmos como intermediários entre nossos parceiros e usuários, não temos a necessidade de estoques ou ativos imobilizados relacionados à prestação dos serviços disponibilizados em nosso ecossistema, pois não somos responsáveis diretos pela prestação dos serviços ou venda dos produtos. Ficam a cargo da nossa Companhia a (i) operacionalização da nossa plataforma que conta com as ferramentas e inteligência de mercado para divulgação dos produtos e serviços (*marketplace* e financeiros) dos nossos parceiros ao público-alvo e (ii) o repasse de eventual *cashback* às contas, o qual é definido a exclusivo critério da nossa Companhia e calculado a partir do valor prometido e divulgado pelo Méliuz no momento da ativação do benefício de *cashback* pelo usuário. Os valores de *cashback* das compras são acumulados no extrato Méliuz do usuário que, ao completar R\$20 de saldo disponível, pode solicitar o resgate do valor para sua conta corrente ou poupança, sem nenhum custo. Entendemos ser o nosso modelo de negócios escalável, na medida que conseguimos crescer nossa receita operacional bruta, apresentando uma taxa composta de crescimento anual (*Compound Annual Growth Rate* ou “*CAGR*”) de aproximadamente 77% entre 2017 e 2019, sendo que houvesse a necessidade de aumentar o nosso *headcount* no período. Além disso, devido ao efeito de rede presente em nosso ecossistema e do *marketing* boca-a-boca, conseguimos crescer nesse período sem investimentos relevantes em marketing. Até 31 de dezembro de 2019, não contávamos com sociedades controladas ou coligadas. **Nossos Valores** - **Clientes para a Vida Toda** - Somos apaixonados pelos nossos clientes - usuários e parceiros - e, por isso, queremos oferecer produtos e serviços que os façam amar o Méliuz e superem suas expectativas. **Ganha-Ganha-Ganha** - Acreditamos que é possível desenvolver produtos, serviços e parcerias em que todos os envolvidos saiam ganhando. **Equipe Fora da Curva** - Nosso time é formado por pessoas autônticas e que têm senso de urgência. Queremos sempre contratar pessoas melhores do que nós. **Espírito empreendedor** - Nos comportamos como donos em todas as situações e assumimos riscos para fazer coisas grandes. **Grande Família** - Apoiamos a diversidade e buscamos garantir que todas as pessoas se sintam respeitadas e representadas com equidade dentro do Méliuz. **Priorize e simplifique** - Simples é sempre melhor. Entregar rápido e sempre. Errar rápido. Não tentar solucionar tudo ao mesmo tempo. Tenha foco! Essas são nossas premissas. **Nada é impossível** - Trabalhamos contra o comodismo e temos convicção de que tudo pode ser mudado, melhorado e conquistado. Somos persistentes e deixamos legados por onde passamos. **Uma Breve Retrospectiva** - Em 2011, o site do Méliuz vai ao ar e a empresa passa a fazer parte do San Pedro Valley - comunidade de startups de Belo Horizonte. Em 2012, o Méliuz foi uma das 100 empresas selecionadas para participar do Startup Chile. Em 2013, com seis funcionários, o Méliuz reabriu o escritório em Belo Horizonte, após a temporada no Chile. Em 2016, a primeira versão do aplicativo do Méliuz foi lançada e inauguramos nosso Centro de Engenharia e Tecnologia, em Manaus. Nesse mesmo ano, a empresa foi eleita Startup do Ano, pela Associação Brasileira de Startups. Em 2017, o aplicativo do Méliuz foi eleito Top 6 apps de compra favoritos pelos brasileiros, de acordo com a Pesquisa Conecta!, realizada pelo IBOPE. O ano de 2019 marcou a entrada da empresa no mercado de soluções financeiras. Em parceria com um banco que atua como emissor, lançamos o Cartão Méliuz - um cartão de crédito sem anuidade que oferece até 1,8% de *cashback* em todas as compras. **Visão do Futuro** - Em virtude dos diferenciais do nosso modelo de negócios, nosso posicionamento único e nossa base fiel e robusta de usuários, acreditamos ser possível maximizar a lucratividade da companhia, propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Para isso, planejamos continuar nos adaptando e levando ao mercado soluções inovadoras e funcionalidades aprimoradas para a nossa plataforma. Pretendemos acelerar o lançamento de novas funcionalidades (*features*) que permitam adicionar valor ao nosso *marketplace* por meio da inclusão de novos produtos e serviços, tais como, a título de exemplo, algumas funcionalidades que já se encontram em fase de testes de viabilidade: funcionalidades que permitam a intermediação de entrega de produtos (como por exemplo, “Delivery de Refeições”) e compartilhamento de transporte (aplicativo de carona) e recarga de celular. Ainda, para maximizar o aproveitamento de oportunidades de venda cruzada, pretendemos alavancar a promoção dos produtos e serviços que já integram o nosso ecossistema digital, por meio da migração de clientes para serviços de maior valor agregado, da intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares e otimização do fluxo de procedimentos online para incentivar a venda destes. Considerando também nossa estratégia de crescimento e potencial de diversificação de serviços e soluções ofertadas, avaliamos expandir nossa área de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Monitoramos, constantemente e de forma seletiva, oportunidades no nosso setor que representem potencial de melhoria no engajamento de usuários; adicionem capacidade técnica no desenvolvimento de novas tecnologias; e apresentem potencial de constituir novas verticais, expansão internacional ou consolidação de mercado. **Desempenho Operacional e Financeiro** - Em 31 de agosto de 2020,

a Diretoria da Companhia aprovou as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social de 2019, a qual contém os comparativos dos exercícios de 2018 e 2017. Esclarece-se que a Companhia não contava com Conselho de Administração instalado em tal data. **a) Receita Operacional Bruta** - A receita operacional bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 49,3 milhões, enquanto no ano anterior (2017) foi de R\$ 28,8 milhões, representando um aumento de R\$ 20,5 milhões ou 71,4%. Já em 2019, a receita bruta total obtida avançou 83,5% em comparação com o exercício anterior (2018), um adicional de R\$ 41,2 milhões. Assim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional bruta da Companhia foi de R\$ 90,5 milhões. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios da Companhia no período, por meio dos investimentos da Companhia no desenvolvimento de melhorias na Plataforma, com a finalidade de aumentar a qualidade da experiência do usuário. Um número que reflete estas melhorias é a quantidade média de compras por comprador nos parceiros de *marketplace* no período. Este indicador saiu de 5,15 compras por usuário por ano em 2017 para 6,96 em 2019, representando um CAGR no período de 16%. Na mesma linha, acreditamos que também impactaram o aumento da receita operacional bruta as políticas adotadas para aumentar o alcance da plataforma e aquisição de usuários e, com isso, expandir a base de contas de 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para 9,1 milhões em dezembro de 2019, o que representou um CAGR de 61% no período. Como a receita da Companhia é diretamente vinculada ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia, o aumento do número de usuários leva ao aumento das receitas.

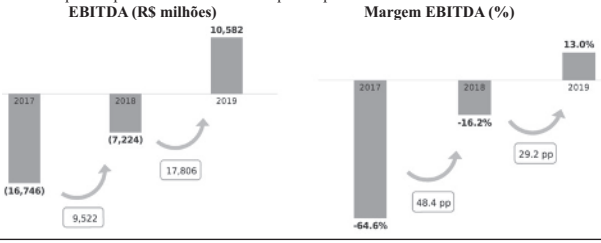
Receita operacional bruta (R\$ milhões) e crescimento (%)



Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Em 2019, R\$ 72,9 milhões foram despendidos, representando um aumento de 39,4% das despesas operacionais contra o exercício anterior, porém este aumento novamente foi inferior ao aumento da receita líquida no mesmo período, que foi de 83,1%. A proporção entre despesas operacionais e receita líquida reduziu 27,9 pontos percentuais em 2019, assim o total de despesas operacionais representou 89,4% da receita líquida no exercício. Isso demonstra que a Companhia está se beneficiando do ganho de escala, através do qual consegue aumentar sua base de parceiros, contas e usuários ativos, sem necessariamente aumentar suas despesas operacionais na mesma proporção. **d) EBITDA e Margem EBITDA** - O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações contábeis e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização (“EBITDA”). A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas (“Margem EBITDA”). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), e não devem ser consideradas como indicadores do desempenho operacional, nem como indicadores de liquidez da Companhia. Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, adotando esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA divulgado pela Companhia, bem como a Margem EBITDA podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas. O EBITDA em 2018 foi negativo em R\$ 7,2 milhões. Porém foi ainda, R\$ 9,5 milhões maior em relação ao exercício social de 2017, representando uma margem EBITDA negativa de -16,2%. Este aumento se deveu principalmente ao crescimento da Receita líquida superior ao crescimento das despesas operacionais no período. Em 2019, foram identificados R\$ 17,8 milhões de crescimento no EBITDA comparativamente a 2018, totalizando um EBITDA positivo de R\$ 0,6 milhão com 13,0% de margem EBITDA. Esse resultado foi impactado positivamente por um aumento da Receita líquida superior ao aumento das despesas operacionais.



Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Reapresentado Reapresentado Reapresentado				
Receitas líquidas		16	81.504	44.533
Despesas operacionais				25.919
Despesas com cashback			(39.701)	(22.479)
Despesas com pessoal			(18.070)	(14.307)
Despesas comerciais e de marketing			(2.469)	(5.465)
Despesas com softwares			(4.430)	(1.777)
Despesas gerais e administrativas			(1.469)	(3.052)
Serviços de terceiros			(3.434)	(2.766)
Depreciação e amortização			(1.972)	(500)
Outros			(1.352)	(1.911)
			(72.894)	(52.257)
Resultado operacional			8.610	(7.724)
Receita (despesa) de equivalência patrimonial			-	(86)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos			8.610	(7.724)
Resultado financeiro	17		(300)	205
Resultado antes dos impostos			8.310	(7.519)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13		6.724	-
Resultado do exercício			15.034	(7.519)
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	14.c		2.85	(1.42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Nota	social de capital	AFAC acumulados	líquido
Saldos em 31/12/2016		1.500	9.200	(2.868)
Prejuízo do exercício		-	-	(16.285)
Constituição de reserva de capital		-	700	(700)
Ágio na emissão de ações		-	23.832	-
Aumento de capital		8.500	-	(8.500)
Saldos em 31/12/2017		10.000	24.532	-
Prejuízo do exercício		-	-	(7.519)
Saldos em 31/12/2018		10.000	24.532	-
Lucro do exercício		-	-	15.034
Saldos em 31/12/2019 - Reapresentado		10.000	24.532	-

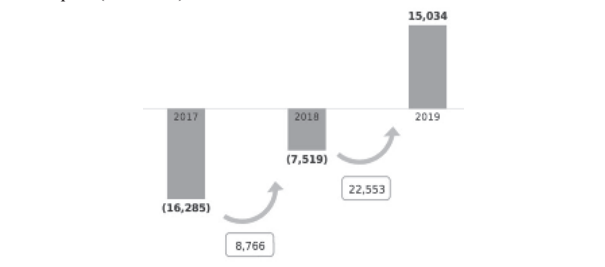
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Abaixo a Companhia apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA para os exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019:

Reconciliação Ebitda	2019	2018	2017
Receitas Líquidas	81.504	44.533	25.919
Despesas Operacionais	(72.894)	(52.257)	(42.986)
Equivalência patrimonial	-	-	(86)
Resultado Financeiro	(300)	205	868
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6.724	-	-
Resultado do Exercício	15.034	(7.519)	(16.285)
(+) Depreciação e amortização	1.972	500	407
(+/-) Resultado financeiro	300	(205)	(868)
(+/-) Imposto de Renda e contribuição social correntes e diferidos	(6.724)	-	-
EBITDA	(6.582)	(7.724)	(16.746)
MARGEM EBITDA	13,0%	(16,2%)	(64,6%)

e) Lucro (prejuízo) líquido - Em 2018, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 7,5 milhões, o que representou uma melhora de R\$8,7 milhões em relação à 2017, que apresentou prejuízo de R\$16,2 milhões. Em 2019 a Companhia apresentou um Lucro líquido de R\$ 15,0 milhões, o que representou uma melhora de R\$ 22,5 milhões em comparação com 2018. Este resultado é explicado, principalmente, pelo crescimento do resultado operacional da empresa, representado pela diferença de sua receita líquida e suas despesas operacionais, e pela constituição do ativo temporário diferido, que foi baseado em sua quase totalidade pelo imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de exercícios anteriores.

Lucro líquido (R\$ milhões)



Nossos Talentos - O Méliuz acredita que todas as relações devem seguir o princípio do Ganha-Ganha-Ganha e, na construção do nosso time, isso não é diferente. Temos o compromisso de atrair e desenvolver os melhores profissionais e, principalmente, valorizar nossos talentos internos. Afinal, além do Ganha-Ganha-Ganha, trazemos em nossa cultura dois pontos que referem ao time: Equipe fora da curva e Grande família. Para garantir o fortalecimento da nossa cultura, mesmo com a entrada de novas pessoas, a última etapa do nosso processo seletivo é, justamente, uma entrevista de cultura. Não é uma etapa fácil, mas com ela garantimos que as pessoas mais brilhantes vão fazer parte do Méliuz e o Méliuz vai continuar sendo o Méliuz. A tabela abaixo apresenta o número de colaboradores da Companhia por localização geográfica de nossas atividades, segregadas pelas sociedades do grupo da Companhia.

	Número de Colaboradores		
(Por cargo)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Belo Horizonte			
Time de Produto	16	20	17
Time de Suporte e Comercial	72	73	79
Total Belo Horizonte	88	93	96
Manaus			
Time de Produto	46	42	42
Time de Suporte e Comercial	7	4	1
Total Manaus	53	46	43
TOTAL	141	139	139

Após passar por todos os crivos técnicos e comportamentais da vaga, três funcionários conversam com o candidato para conhecer a história de vida, sonhos, desafios, legados, desejos, erros, acertos. Não importa quão crítica é uma vaga e se precisamos de uma pessoa urgentemente: não abrimos mão da entrevista de cultura! Como forma de garantir a nossa estratégia de meritocracia e remuneração, semestralmente, realizamos o processo de avaliação, no qual a indicação feita pelos gestores leva em conta aspectos relacionados à produtividade e resultados, e alinhamento com a cultura do Méliuz. Para contribuir com o desenvolvimento do time, oferecemos um treinamento completo de liderança para os gestores atuais e para todos que estão no processo de assumir alguma liderança. Com isso, contribuímos, não só com o desenvolvimento pessoal do líder, mas, principalmente, com o desenvolvimento de todo o time que será liderado por ele. Além disso, possuímos uma política de custeamento de treinamentos dos nossos colaboradores. Para que o ambiente do Méliuz seja, a cada dia, mais igualitário e inclusivo, desde 2018 a Companhia conta com um grupo aberto a todos os nossos colaboradores, com a finalidade de discutir e propor ações ligadas a gênero, orientação sexual, cultura e origem, mulheres e gerações.

Prêmios e Reconhecimentos

- 50 Melhores empresas para se trabalhar no Brasil (porte médio) - Great Place to Work (GPTW) – 2019;
- Melhores empresas para se trabalhar em Minas Gerais (porte médio) - Great Place to Work (GPTW) - 2017, 2018, 2019, 2020;
- Melhores empresas para se trabalhar no Amazonas (porte médio) - Great Place to Work (GPTW) –2019;
- 35 Melhores empresas para se trabalhar (porte médio) - Ranking Mulher, da GPTW - 2020;
- Empresas que mais respeitam o consumidor (categoria Programas de Fidelidade) - Grupo Padrão - 2018
- *Startup* do Ano e Equipe Fundadora - Associação Brasileira de Startups - 2016;
- Prêmio Inovação E-Commerce Brasil 2018 - Melhor case “Dia do Cashback” - 2018

Relacionamento com Auditores Independentes

A auditoria das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, foi realizada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY). A nossa política de atuação na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram contratados, junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados a auditoria externa superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Reapresentado Reapresentado			
Atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	8.310	(7.519)	(16.285)
Ajustes por			
Depreciação e amortização	1.972	500	407
Baixa de valor residual líquido de ativo imobilizado e intangível	1.107	348	160
Despesas com juros	224	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	86
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15	17	-
Lucro (prejuízo) ajustado	11.628	(6.654)	(15.632)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(6.299)	(4.025)	(163)
Tributos a recuperar	407	(332)	(256)
Outros ativos circulantes	(632)	(27)	(1.135)
Fornecedores	20	(68)	(59)
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.084	470	1.232
Cashback	(3.487)	4.313	2.857
Outras contas a pagar	(197)	224	31
Imposto de renda e contribuição social pagos	(434)	-	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos mercantis	(128)	-	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.962	(6.099)	(13.125)
Atividades de investimento			
Adições ao ativo imobilizado	(1.565)	(848)	(1.785)
Adições ao ativo intangível	(136)	(341)	(156)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.701)	(1.189)	(1.941)
Atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamento	(1.364)	-	-
Dividendos recebidos	-	-	119
Aumento das reservas de capital	-	-	23.832
Mútuo com partes relacionadas	(43)	(79)	(790)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(1.407)	(79)	23.161
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.146)	(7.367)	8.095
Caixa e equivalentes de caixa	11.127	18.494	10.399
No início do exercício	9.981	11.127	18.494
No final do exercício	(1.146)	(7.367)	8.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MÉLIUZ S.A. (Anteriormente denominada Méliuz Veiculação e Divulgação Virtual S.A.)			
Demonstração do valor adicionado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Receitas			
Receitas brutas de serviços	90.496	49.312	28.764
Outras receitas	268	51	46
Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	(15)	(17)	-
	90.749	49.346	28.810
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos com cashback	(43.549)	(24.739)	(19.370)
Serviços de terceiros	(4.708)	(2.465)	(1.900)
Despesa com infraestrutura	(4.700)	(7.278)	(3.939)
Outros	(4.107)	(3.563)	(2.303)
	(57.064)	(38.045)	(27.512)
Valor adicionado bruto	33.685	11.301	1.298
Depreciação e amortização	(1.972)	(500)	(407)
Valor adicionado líquido produzido	31.713	10.801	891
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	820	965	1.400
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(86)
	820	965	1.314
Valor adicionado total a distribuir	32.533	11.766	2.205
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	15.765	12.120	14.049
Remuneração direta	9.135	8.759	10.378
Benefícios	5.877	2.633	2.832
FGTS	753	728	839
Impostos, taxas e contribuições	248	4.681	3.402
Federais	(1.198)	4.003	3.188
Estaduais	1	1	1
Municipais	1.445	677	203
Remuneração de capitais de terceiros	1.486	2.484	1.039
Juros	1.163	1.284	532
Aluguéis	323	1.200	507
Remuneração de capital próprio	15.034	(7.519)	(16.285)
Lucros retidos e prejuízo do exercício	15.034	(7.519)	(16.285)
Distribuição do valor adicionado	32.533	11.766	2.205
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Contexto operacional			
A Méliuz S.A. (“Méliuz” ou “Companhia”), com sede à Avenida do Contorno, 6.594 - Savassi, Belo Horizonte - MG, foi constituída em 11 de agosto de 2011, tem como objeto social a exploração de portal virtual destinado a veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual para inserção de textos, desenhos e outros materiais. Constitui também objeto da Companhia explorar, em caráter secundário e eventual, atividades de intermediação de negócios e de participação em outras Companhias. A companhia é controlada por uma empresa no Estados Unidos da América, denominada CASH3 LLC, localizada no endereço 3500 South Dupont Highway, city of Dover, Contry of Kent, Delaware 19901 que, por sua vez, é controlada pela empresa Méliuz Holdings, Ltd., situada nas Ilhas Cayman, no endereço Floor 4, Willow House, Cricket KY1 9010, George Town. Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, em 20 de julho de 2020 a razão social da Companhia foi alterada para Méliuz S.A. (anteriormente denominada Méliuz Veiculação e Divulgação Virtual S.A. e CASH3 S.A., respectivamente).			
2. Políticas contábeis			
2.1. Base de preparação das demonstrações - As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações da Companhia. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCP07. A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que originalmente foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 22 de abril de 2020, foram revisadas e ajustadas, conforme Nota Explicativa nº 2.7, tendo sido aprovadas pela Diretoria em 31 de agosto de 2020, data que foi autorizada a sua divulgação. 2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018 - A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes) - A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas anteriormente em vigor. Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas demonstrações contábeis, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na auferição do benefício do próprio serviço. IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros - A IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:			
Ativos financeiros	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48	
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Operações com arrendamento mercantil (2)	N/A	Custo amortizado	
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	
Passivos financeiros			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	
Operações com arrendamento mercantil a pagar (2)	N/A	Custo amortizado	
Valores a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	
Cashback a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	
(1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos; (2) Ativos e passivos financeiros classificados após a adoção da norma IFRS 16 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Essa alteração trazida pela norma não surtiu efeitos para a Companhia. Desreconhecimento (ativo financeiro) - Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: ● Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou ● A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantiver. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor. Desreconhecimento (passivo financeiro) - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações contábeis. 2.3. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019 - A Companhia aplicou pela			

primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: **IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil** - Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não representará informações e saldos em base comparativa. A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados: ● Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa e centro de engenharia e desenvolvimento; A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentados a seguir:

	01/01/2019	4.088
Ativo - direito de uso		(4.088)
Passivo - obrigações referentes a arrendamentos operacionais		(4.088)
Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020 - Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2) /IFRS16. A Companhia avaliou os efeitos dessa alteração considerando-o prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações contábeis. (Nota 8). IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: ● Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; ● As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; ● Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; ● Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento. Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019 - Outros pronunciamentos técnicos foram revisados, porém sem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia. 2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As principais alterações nas normas foram refletidas nos CPCs por meio da Revisão CPC 14/2019, e estão descritas a seguir: CPC 26 (R1) e IAS 8: Alinhamento a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclareceram alguns aspectos desta definição. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Além das alterações previstas na Revisão CPC 14/2019, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 - Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia. 2.5. Principais práticas contábeis - a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação. b) Contas a receber e provisão para perda esperada - As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor do serviço prestado e mensurados pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar. A provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa é registrada com base em estimativas da administração. Dessa forma, a Companhia utiliza como critério o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a duração do contrato, através de dados históricos e da segmentação dos recebíveis em grupos que apresentam o mesmo padrão. c) Instrumentos financeiros - A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, (i) ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado - São classificados como custo amortizado, os instrumentos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia. Encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e valores a receber de partes relacionadas, empréstimos, valores a pagar a partes relacionadas, fornecedores, operações com arrendamento mercantil e cashback. Valor justo por meio do resultado - Os instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Mensuração subsequente - A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Companhia como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. d) Imobilizado - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo dos imobilizados em operação pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6 das demonstrações contábeis. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. e) Intangível - São representados pelos montantes pagos na aquisição do intangível, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as condições previstas no CPC 04 (IAS 38) sobre ativo intangível. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente. f) Redução ao valor recuperável - administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A administração verificou os indicadores para identificar a necessidade de aplicação do teste de impairment que e o reconhecimento contábil da redução do valor recuperável de um ativo fixo, tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência, planos para descontinuar ou reestruturar unidade operacional, gastos com manutenção acima do esperado, dentre outros. Não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangível. g) Investimentos - Nas demonstrações contábeis, as informações financeiras das investidas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações contábeis levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Em 2017, a então investida da Companhia, a empresa Mergulhei Publicidade Digital Ltda, teve suas operações encerradas. Dessa forma, a companhia recebeu dividendos acumulados no valor de R\$119, e reconheceu a perda por equivalência patrimonial no valor de R\$86. h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de		

tribunais. Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados. i) **Provisão para cashback** - É reconhecida de acordo com o método de mensuração que a Companhia elaborou através de estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos, e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O modelo considera todo o histórico de cashback confirmado para os usuários agrupando-os em cohorts mensais e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes. Dessa forma, a companhia entende que a melhor mensuração foi atendida, e o valor compreende os valores a pagar de acordo os Termos e Condições de uso do programa. j) **Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. k) **Imposto de renda e contribuição social - Corrente** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60, trimestralmente, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas. Diferido - Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido. Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado. l) **Reconhecimento da receita de serviços** - De forma geral, para os negócios da Companhia de Marketplace, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Os contratos com clientes são por tempo indeterminado, em sua maioria não possuem multa rescisória, entretanto contém aviso prévio em média de trinta dias para rescisão. A receita é oriunda de veiculações de espaços publicitários do portal e remuneração, entendida por comissões, que são mensuradas através de cliques em links dos parceiros constantes no site da companhia na internet e em seu aplicativo para smartphones, convertidos em vendas pelos parceiros. As comissões acordadas, em sua quase totalidade, têm caráter variável de acordos com campanhas. A Companhia entende que a obrigação de performance é satisfeita no momento que o cliente confirmar que os serviços prestados são convertidos em vendas. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia, relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais, a Companhia identificou seus contratos e os respectivos serviços transferidos, separou suas obrigações a cumprir, determinou e alocou os preços das transações, reconhecendo a receita apenas quando todos os critérios acima são atendidos. A receita líquida da companhia é apurada pelo total de comissionamento e espaço de veiculação de matérias publicitárias recebidos, diminuído dos impostos sobre vendas de serviços ISSQN, PIS e COFINS. m) **Tributos sobre vendas** - As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais. n) **Patrimônio líquido** - O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. o) **Lucro (prejuízo) por ação** - O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. p) **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)** - A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. q) **Segmento operacional** - A Companhia possui um único segmento operacional, que é utilizado pelo presidente e administração para fins de análise e tomada de decisão. **2.6. Julgamentos e estimativas** - Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.5, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. As estimativas contábeis mais significativas são as seguintes: ● Nota 4 - Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa; ● Nota 6 - Imobilizado e vidas úteis de ativos; ● Nota 7 - Intangíveis e vidas úteis de ativos; ● Nota 8 - Operações de arrendamento mercantil; ● Nota 11 - Provisão para cashback; ● Nota 13b - Imposto de renda e contribuição social diferidos; ● Nota 15 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; ● Nota 18 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo. **2.7. Reapresentação das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para para refletir a apresentação da demonstração do resultado por natureza, a inclusão da demonstração do valor adicionado e do lucro (prejuízo) por ação, para aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas para atender aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM quanto a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS), principalmente, a operações de arrendamento mercantil, análises de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos de mercado. Adicionalmente, após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. A Companhia realizou reclassificações e ajustes contábeis, conforme demonstrado abaixo: a) **Período findo em 31 de dezembro de 2019.**

		31/12/2019		
Balanço patrimonial	Item	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Ativo				
Circulante				
Tributos a recuperar	(a)	632	(255)	377
Valores a receber de partes relacionadas	(b)	122	(122)	-
Outros ativos	(b)	757	(1)	756
Demais ativos circulantes		20.837	-	20.837
Total do ativo circulante		22.348	(378)	21.970
Não circulante				
Arrendamento mercantil - Direito de Uso	(b)	2.797	1	2.798
Valores a receber de partes relacionadas	(b)	-	122	122
Tributos diferidos	(c)	-	8.760	8.760
Demais ativos não circulantes		4.162	-	4.162
Total do ativo não circulante		6.959	8.883	15.842
Total do ativo		29.307	8.505	37.812
		31/12/2019		
Passivo	Item	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Circulante				
Obrigações trabalhistas e tributárias	(a)	3.879	610	4.489
I.R. e contribuição social a recolher	(b)	208	698	906
Tributos diferidos	(c)	23	(23)	-
Outros passivos	(b)	105	(3)	102
Demais passivos circulantes		6.739	-	6.739
Total do passivo circulante		10.954	1.282	12.236
Não circulante				
Total do passivo não circulante		2.682	-	2.682
Total do passivo		13.636	1.282	14.918
Patrimônio líquido				
Capital social		10.000	-	10.000
Reservas de capital		24.532	-	24.532
Prejuízo acumulado	(c)	(18.861)	7.223	(11.638)
Total do patrimônio líquido		15.671	7.223	22.894
Total do passivo e patrimônio líquido		29.307	8.505	37.812
		31/12/2019		
Demonstração do resultado	Item	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Receitas líquida		81.504	-	81.504
Custos dos serviços prestados	(b)	(46.643)	46.643	-
Despesas operacionais	(b)	(25.352)	(47.542)	(72.894)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		9.509	(899)	8.610
Resultado financeiro	(d)	(463)	163	(300)
Resultado antes dos impostos		9.046	(736)	8.310
I.R. e C.S. corrente e diferido	(c)	(1.235)	7.959	6.724
Resultado do exercício		7.811	7.223	15.034
				Pág 02 de 04

MÉLIUZ S.A. (Anteriormente denominada Méliuz Veiculação e Divulgação Virtual S.A.)			
		31/12/2019	Valores
Demonstração dos fluxos de caixa	Item	Originalmente apresentado e reclassificações	Correção de erros e reapresentados
Atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro (originalmente foi apresentando o resultado do exercício)		7.811	499
8.310			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:			
Resultado financeiro	(d)	128	96
224			
Demais ajustes	(e)	3.079	15
3.094			
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(e)	(6.284)	(15)
(6.299)			
Tributos a recuperar	(a)	152	255
407			
Cashback a pagar	(b)	(3.485)	(2)
(3.487)			
Obrigações trabalhistas e tributárias	(a)	1.776	(692)
1.084			
Outros passivos	(b)	(195)	(2)
(197)			
I.R. e contribuição social pagos	(a)	(280)	(154)
(434)			
Pagamento de juros sobre arrendamentos mercantis	(b)	-	(128)
(128)			
Demais variações de ativos e passivos	(d)	(612)	-
(612)			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		2.090	(128)
1.962			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.701)	-
(1.701)			
Pagamentos de arrendamento	(b)	(1.492)	128
(1.364)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(1.535)	128
(1.407)			
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.146)	-
(1.146)			
b) Período findo em 31 de dezembro de 2018			
		31/12/2018	Valores
Balanco patrimonial	Item	Originalmente apresentado e reclassificações	Correção de erros e reapresentados
Ativo			
Circulante			
Valores a receber de partes relacionadas	(b)	79	(79)
-			
Demais ativos circulantes		16.607	-
16.607			
Total do ativo circulante		16.686	(79)
16.607			
Não circulante			
Valores a receber de partes relacionadas	(b)	-	79
79			
Demais ativos não circulantes		4.250	-
4.250			
Total do ativo não circulante		4.250	79
4.329			
Total do ativo		20.936	-
20.936			
Passivo			
Total do passivo e patrimônio líquido		20.936	-
20.936			
Demonstração do resultado			
		31/12/2018	Valores
Demonstração do resultado	Item	Originalmente apresentado e reclassificações	Correção de erros e reapresentados
Receitas líquida		44.533	-
44.533			
Custos dos serviços prestados	(b)	(26.745)	26.745
(26.745)			
Despesas operacionais	(b)	(24.971)	(27.286)
(52.257)			
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(7.183)	(541)
(7.244)			
Resultado financeiro	(d)	(336)	541
205			
Resultado do exercício		(7.519)	-
(7.519)			
Demonstração dos Fluxos de caixa			
		31/12/2018	Valores
Demonstração dos Fluxos de caixa	Item	Originalmente apresentado e reclassificações	Correção de erros e reapresentados
Atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro		(7.519)	-
(7.519)			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:			
Demais ajustes	(e)	848	17
865			
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(e)	(4.008)	(17)
(4.025)			
Demais variações nos ativos e passivos	(e)	4.580	-
4.580			
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(6.099)	-
(6.099)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.189)	-
(1.189)			
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(79)	-
(79)			
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7.367)	-
(7.367)			
c) Período findo em 31 de dezembro de 2017			
		31/12/2017	Valores
Demonstração do resultado do exercício	Item	Originalmente apresentado e reclassificações	Correção de erros e reapresentados
Receitas líquida		25.919	25.919
25.919			
Custos dos serviços prestados	(b)	(20.587)	20.587
(20.587)			
Despesas operacionais	(b)	(22.399)	(20.587)
(42.986)			
Resultado operacional		(17.067)	-
(17.067)			
Resultado do exercício		(16.285)	-
(16.285)			
(a) Em 2019 a Companhia revisou as adições e exclusões componentes das bases de cálculo de seus tributos federais, e apurou um montante de tributos a pagar, e esta prática reduziu os tributos a compensar. (b) Estes itens foram reclassificados apenas para fins de melhor apresentação das demonstrações contábeis. A Demonstração do resultado passou a ser elaborada por natureza, e o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Fluxo de Caixa foram alterados para atender a melhor forma de divulgação conforme as IFRS e as normas brasileiras de contabilidade. (c) A Companhia possui saldos referentes a prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social referentes a exercícios anteriores, bem como diferenças temporárias dedutíveis, sobre os quais não havia reconhecido contabilmente os respectivos tributos diferidos. A Companhia realizou a revisão da sua projeção de lucros tributáveis futuros, considerando a expectativa de crescimento de suas atividades, e reconheceu tributos diferidos ativos sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social assim como sobre diferenças temporárias dedutíveis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.d. (d) A Companhia teve até meados de 2019 uma despesa por um desconto relativo de ISSQN por falta de um cadastro na prefeitura do município de um parceiro. Esses valores tinham sido reconhecidos no resultado financeiro, porém, optou-se pelo reconhecimento em outras despesas operacionais, devido à sua natureza não usual. O cadastro foi realizado, e os descontos cessaram. (e) Valores que referem-se à reclassificação de perdas estimadas com credores de liquidação duvidosa na demonstração dos fluxos de caixa. Exceto pela alteração do lucro líquido do exercício, as demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente apresentadas não sofreram alterações em função dos ajustes realizados.			
3. Caixa e equivalentes de caixa			
		31/12/2019	31/12/2018
		144	243
		9.837	10.884
		9.981	11.127
		18.494	18.494
A Companhia possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa indexadas à variação de 90% a 98% dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDIs"), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 18.			
4. Contas a receber de clientes			
		31/12/2019	31/12/2018
		10.888	4.589
		(32)	(17)
		10.856	4.572
		564	564
b) Contas a receber líquidas da provisão para perdas esperadas por vencimento.			
		31/12/2019	31/12/2018
		7.098	4.483
Valores a vencer			
		3.401	69
		39	4
		36	-
		132	14
		182	19
		10.888	4.589
c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas			
		31/12/2019	31/12/2018
		294	758
		55	-
		28	26
		377	784
(a) Compreende valores de IRRF a recuperar sobre faturamento e aplicações financeiras incorridos no exercício social. (b) Referem-se a valores pagos a maior de imposto de renda e contribuição social. Como a Companhia, sujeita ao lucro real, é optante pelo regime de apuração trimestral, o saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela secretaria da Receita Federal.			
6. Imobilizado			
a) Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nas tabelas a seguir:			
		Taxas de depreciação a.a.	31/12/2019
		20%	1.108
		10%	418
		20%	443
		4%	892
		10%	145
		10%	-
		3.006	2.694
		2.123	2.123
		Taxas de depreciação a.a.	31/12/2019
		20%	(436)
		10%	(85)
		20%	(103)
		4%	(18)
		10%	(17)
		-	-
		(659)	(458)
		2.347	2.236
		1.919	1.919
b) Movimentações do ativo imobilizado da Companhia			
		31/12/2018	Adições
		538	355
		538	100
		93	328
		931	757
		136	25
		2.236	1.565
		31/12/2017	Adições
		458	250
		473	129
		107	11
		6	-
		875	317
		-	141
		1.919	848
		31/12/2016	Adições
		286	302
		67	472
		10	114
		-	6
		80	891
		443	1.785
		31/12/2015	Adições
		548	-
		344	136
		892	136
		31/12/2014	Adições
		794	-
		74	341
		868	341
		31/12/2013	Adições
		903	149
		67	7
		970	156
		31/12/2012	Adições
		548	-
		344	136
		892	136
		31/12/2011	Adições
		794	-
		74	341
		868	341
		31/12/2010	Adições
		903	149
		67	7

MÉLIUZ S.A.
(Anteriormente denominada Méliuz Veiculação e Divulgação Virtual S.A.)

negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. i) Risco de câmbio - O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio do dólar americano que possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos. A Companhia detém um baixo volume de operações em moeda estrangeira, representado aproximadamente 10% receita anual, entretanto com prazo curto de recebimento. Em 31 de dezembro de 2019, apenas 0,4% do saldo do contas a receber se tratava de valores a receber em moeda estrangeira. ii) Risco de taxa de juros - O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. c.2) Risco de crédito - O risco de crédito é reduzido devido às centenas de clientes finais da Companhia, com os quais a Companhia tem relacionamento direto, e pode operacionalizar campanhas de tais parceiros via rede de afiliadas (Agências de Distribuição de Publicidade). O resultado dessa gestão crédito está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, e as porcentagens dos clientes com maior representatividade sobre a Receita Líquida na Nota Explicativa nº 16. A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. c.3) Risco de liquidez - A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras. A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela administração). O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	de 1 a 3 anos	Total
Fornecedores	300	-	300
Cashback a pagar	4.990	1.407	6.397
Arrendamento mercantil	1.885	1.988	3.873
Total	7.175	3.395	10.570

d) Gestão de capital - Os negócios da Companhia sugerem a manutenção de um alto montante de caixa e equivalentes de caixa com a finalidade de fomentar as saídas de fluxo financeiro para cumprir as obrigações de curto prazo, principalmente cashback. Os principais objetivos da gestão do capital são: (i) garantir a continuidade operacional da Companhia; (ii) assegurar a maximização de rendimentos das aplicações financeiras; (iii) maximizar o retorno ao acionista; e (iv) garantir a vantagem competitiva da Companhia na captação de recursos. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 a companhia não possuía dívida financeira contratada. e) Análise de sensibilidade - A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº 475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto). As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações contábeis. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas. Adicionalmente, a Companhia deve apresentar em sua análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros os riscos que podem gerar prejuízos materiais direta ou indiretamente considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM 475/08: ● O cenário provável é definido como o cenário esperado pela administração da Companhia e referenciado por fonte externa independente; ● O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e ● O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros. O cenário provável adotado pela Companhia é o de manutenção dos níveis de mercado. Sob a análise da Companhia, os instrumentos financeiros expostos ao risco de variação da taxa de juros correspondem às aplicações financeiras em CDBs e fundos de investimento de renda fixa, classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Aplicações financeiras
Valores expostos ao risco de variação da taxa CDI - cenário provável - (4,40% a.a.)	9.837
Cenário adverso possível (-25%)	(108)
Cenário adverso remoto (-50%)	(216)

19. Cobertura de seguros

Os seguros adotados pela Companhia referem-se a seguro dos estagiários no valor de R\$10 por cada estagiário para casos de morte acidental/invalidez permanente total ou parcial e seguro incêndio/ raio/ explosão, bem como perda de aluguel, cuja cobertura total é de R\$8.000 para a filial, e de R\$1.040 para a matriz.

20. Eventos subsequentes

Alteração da razão social da Companhia - Em 18 de junho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração social da Companhia para CASH3 S.A.. Em 20 de julho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a alteração da razão social da Companhia para Méliuz S.A.. Impactos da pandemia do COVID-19 - Companhia continua acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação. Do ponto de vista do negócio de marketplace as categorias de Viagem e Turismo foram fortemente impactadas apresentando reduções nos volumes de comissionamento de mais de 90%. Além disso, algumas parcerias com lojas físicas também foram suspensas em decorrência da pandemia e das restrições impostas durante a quarentena. Por outro lado, com os novos hábitos de consumo online impulsionados pela quarentena pudemos ver a aceleração da migração do consumo offline para o online, contribuindo para o crescimento da base de usuários e incremento dos gastos destes em diversos segmentos do marketplace. Esta conjuntura de forma combinada culminou na Companhia apresentando um crescimento de 41% no 2º trimestre de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019. Nos diferentes cenários testados, continuamos sem nenhum indicio de dificuldades financeiras para continuar atravessando a situação imposta pela pandemia. Poucos parceiros pediram prolongamento de prazo nos pagamentos até o momento, representados principalmente por parceiros com operação exclusiva em lojas físicas, os quais representam menos de 5% do faturamento. Não houve até o momento nenhuma alteração ou incremento anormal na taxa de inadimplência ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material o fluxo de caixa e a posição de caixa da Companhia. É importante reforçar que parte significativa do modelo de negócio do Méliuz se concentra na remuneração por performance para lojas que vendem online. Neste momento, nos tornamos ainda mais importantes para os parceiros atuais e novas lojas que precisem migrar e impulsionar suas vendas nos canais digitais. Neste contexto, as lojas têm procurado o Méliuz para realização de campanhas, o que contempla divulgação em nossos canais, aumento de comissões e cashback para os usuários. Do ponto de vista dos custos, com 100% do time trabalhando no modelo de teletrabalho, foi possível a redução de algumas linhas de custo como: aluguel, transporte e viagens que deixaram de ser realizadas. Na vertical de Serviços Financeiros, onde se encontra o produto Cartão de Crédito Méliuz, temos mantido crescente o volume de emissão de cartões, sendo a aprovação e risco de crédito da operação de responsabilidade do banco parceiro na emissão do cartão (Banco PAN).

Arrendamento mercantil - Em 30 de junho de 2020 a Companhia encerrou o seu contrato de arrendamento mercantil referente à sede da matriz, localizada em Belo Horizonte. O motivo do encerramento de contrato foi a alocação de todos os colaboradores em regime de teletrabalho, visando assim a proteção da saúde dos funcionários devido à crise sanitária instaurada pela Covid-19. Abaixo seguem os efeitos práticos observados em 30 de junho de 2020, referente ao cancelamento do contrato:

Efeito no ativo	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Imóvel
Arrendamento mercantil - direito de uso		2.037
Depreciação de arrendamento mercantil		(470)
Baixa por cancelamento de contrato da matriz		(1.567)
Total		

Efeito no passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	
Arrendamento mercantil	2.018
Encargos financeiros	112
Pagamentos de principal efetuados	(487)
Pagamentos de encargos financeiros efetuados	(112)
Baixa por cancelamento de contrato da matriz	(1.531)
Total	
Contratos de empréstimos - A companhia tomou dois empréstmos em 2020, para capital de giro, por observar taxas atrativas por causa da crise causada pela COVID-19. Os detalhes dos contratos são apresentados a seguir. (a) Em maio de 2020 a Companhia captou R\$5.000 junto ao Banco Itaú Unibanco S/A, colocando como garantia R\$2.700 em uma aplicação CDB-DI, que ficarão bloqueados durante 12 meses, inclusive os rendimentos. Findo este prazo o valor aplicado será desbloqueado proporcionalmente ao pagamento do principal das parcelas do recurso captado. O empréstimo possui uma taxa de juros capitalizados diariamente de 0,78% a.m. e será quitado em 24 meses. (b) Em 2 de julho de 2020 a Companhia tomou empréstimo de R\$8.000 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., com pagamento em 24 meses, sendo os dois primeiros meses de carência total e, capitalização mensal à taxa de 0,38% a.m.. A Companhia aplicou R\$4.000 em títulos de capitalização como garantia desse contrato de empréstimo. Investimentos - Em agosto de 2020 a companhia adquiriu 51% da empresa Gana S/A, aportando R\$2.551 por sua participação no capital. A aquisição realizada pela Companhia objetivou a expansão de seus negócios relativos à veiculação de material publicitário para produtos financeiros. Até a data de elaboração das demonstrações contábeis a contabilização inicial da investida estava incompleta, o processo de registro da aquisição estava em análise nos órgãos competentes, sendo que do valor aportado. R\$2.000 serão Caixa e equivalentes de caixa, e destes R\$100 já foram transferidos para a conta bancária da investida, e R\$551 em ativos intangíveis adquiridos e constituídos de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020.	
Administração	
Israel Fernandes Salmen	Leandro de Barros Alves
DIRETOR	DIRETOR
Lucas Marques Peloso Figueiredo	Ofi Campos Guimarães
DIRETOR	DIRETOR
Diogo Di Mambro Oliveira	
CONTADOR CRC MG 120.769	
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis	

Aos Acionistas e Administradores da Méliuz S.A.
(anteriormente Méliuz Veiculação e Divulgação Virtual S.A.)
Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Méliuz S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis - Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.7 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a apresentação da demonstração do resultado por natureza, inclusão da demonstração do valor adicionado e do lucro (prejuízo) por ação, aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas para atender aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM quanto a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS), bem como para a correção de erros identificados, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 30 de junho de 2020 emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva. Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Provisão para Cashback - Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía registrado no passivo provisão para cashback no montante de R\$6.397 mil, que representa a expectativa de desembolso de caixa futuro estimado pela Companhia para liquidar as obrigações do seu programa de cashback. Quando um usuário Méliuz realiza compras de produtos e serviços oferecidos por parceiros comerciais, a Companhia disponibiliza para o mesmo um cashback (reembolso), que segue determinadas condições e equivale à um percentual sobre as referidas compras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com cashback montam R\$39.701 mil e foram registradas de acordo com um método de mensuração elaborado pela Companhia baseado em estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e a complexidade do modelo utilizado para realização da estimativa da provisão e despesa com cashback, o qual leva em consideração dados históricos, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia e técnicas estatísticas, além de julgamento por parte da administração acerca da estimativa de resgate futuro de cashback por parte dos usuários. Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise do processo e controles implementados pela administração para o processo de reconhecimento da despesa com cashback, incluindo os controles sobre a revisão pela administração das premissas significativas subjacentes à determinação da estimativa; (b) testes documentais, em base amostral, da movimentação de cashback acumulado e resgatado no exercício; (c) avaliação da premissas relacionadas à expectativa dos valores de cashback com alto potencial de resgate, utilizadas para determinar o montante que será provisionado de cashback, comparando-as com os dados históricos de resgate; (d) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Tributos diferidos sobre o lucro - Conforme mencionado na nota explicativa nº13 b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía registrado no ativo não circulante R\$8.760 mil de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, constituídos

substancialmente por prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o alto grau de julgamento na determinação das premissas sobre a performance futura da Companhia, utilizadas no estudo de realização desses créditos tributários diferidos, bem como por ter sido objeto de reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7. Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento, apresentação e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro; (b) análise da metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros; (c) verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a razoabilidade das premissas utilizadas; (d) envolvimento dos nossos especialistas tributários com o objetivo de nos auxiliar na revisão das apurações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e a apuração dos créditos tributários diferidos; (e) analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de reconhecimento de créditos fiscais diferidos, sendo este ajuste registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, e que também foi objeto de reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As deficiências no desenho e execução dos controles internos relativos ao reconhecimento, apresentação e divulgação dos tributos diferidos sobre o lucro, que resultaram na identificação do ajuste de auditoria mencionado acima, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes aos tributos diferidos sobre o lucro. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários diferidos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nºs 2.5 (j), 2.7 e 13 b., são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6. Rogério Xavier Magalhães - Contador CRC- 1MG080613/O-1.

SELEÇÃO DE

PACIENTES

ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

•Endodontia (canal)

•Ortodontia (aparelhos)

•Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG

(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512

posodontologiaprado@funorte.edu.br

PÓS-GRADUAÇÃO

FUNORTE

BELO HORIZONTE

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código 313F-0F3F-AB80-D60B.

EDITAL DE LEILÃO
EDITAL DE LEILÃO. PROCESSO: 5000581-35.2020.813.0019. Alpinópolis. Vara Única 1º leilão 05/10/2020 às 10:00 e em 2º leilão 05/10/2020 às 10:00, através da plataforma eletrônica www.lucasleiloeiro.com.br/www.mgl.com.br. Executado: KAIO CESAR CAMURI Exequente: SANDRA MARIA DA SILVA. Bens: Lote com 795,36m², Rua Linça, s/n, Recanto Las Palmas, loteamento Balneário Cassino Shangryll II, São José da Barra, MATRÍCULA 21769 CRI de Alpinópolis-MG, Avaliação: R\$ 56.628,79; Valor do 2º leilão: 60% do valor de avaliação. TAXA DE LEILÃO: 5% do valor da arrematação. Leiloeiro: LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, JUCEMG 637.

Sigma Mineração S/A, por determinação da Superintendência de Projetos Prioritários, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 2020.08.01.003.0002479, Licença Prévia e Licença de Instalação (LP+LI), para a atividade de Mineração de seu Projeto Grotá do Cirilo nos municípios de Itinga e Araçuaí. O requerente informa que foram apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e que o RIMA encontra-se à disposição dos interessados na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI/SEMAD) e em sua sede em Itinga. O requerente comunica que os interessados na realização da Audiência Pública deverão formalizar a sua solicitação, conforme o previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 24 de agosto de 2018, no (local estabelecido pela publicação no “Minas Gerais”), dentro do prazo até (prazo estabelecido pela publicação no “Minas Gerais”) – no mínimo quarenta e cinco dias).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG
Tomada de Preços n.º 23/2020. CNPJ nº. 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. CPL, Edilson Antônio de Oliveira, que se acha aberto o **Procedimento Licitatório nº. 124/2020**, do tipo menor preço global, objetivando a execução de obra de construção da **Ponte da Rua José da Mata Leonel sobre o canal do Córrego do Virgílio**. Devendo os Envelopes contendo Documentação Habilitação (Envelope 01) e Proposta Comercial (Envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 18/09/2020, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 09:30 horas do dia 18/09/2020, no mesmo local. Informações através do telefone (37)33730300 ou www.capitolio.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO/MG
Concorrência nº 04/2020 – 1º Termo de Retificação de Edital - O Sr. Presidente da Comissão, Edilson Antônio de Oliveira, torna publico que o edital do **Procedimento Licitatório nº 87/2020**, objetivando PERMISSÃO DE USO de um bem publico constituído RESTAURANTE DA PRAIA, sofreu alterações e o recebimento dos envelopes serão as 09 horas do dia 02/10/2020 e a realização da sessão será às 09:30 horas do dia 02/10/2020. www.capitolio.mg.gov.br.

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG
Aviso de licitação
Pregão Presencial 18/2020 - Processo Licitatório 24/2020
O Município de Fortuna de Minas/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: **Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios, gás de cozinha e materiais de copa e cozinha para atender a demanda das Secretarias Municipais deste Município.** Sessão de recebimento dos envelopes 17/09/2020 com protocolo até às 08hs, na Prefeitura. O edital e seus anexos, está à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e aq. ou gratuitamente através do site www.fortunademinas.mg.gov.br. Informações pelo (31) 3716-7111. Luiz Carlos de Melo Guimarães Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 068/2020, Dispensa nº 034/2020, Chamada Pública nº 002/2020, com abertura para o dia 21/09/2020 às 12:30 horas, Visando: Seleção de empresa de engenharia especializada em serviços de eficiência energética, para elaboração, apresentação e execução de diagnóstico energético / projeto de eficiência energética nos usos finais de energia elétrica, na modalidade de fundo perdido, incluindo todas as etapas de realização e implementação do diagnóstico / projeto de eficiência energética, bem como todas as atividades necessárias a viabilizar a participação da Prefeitura de Caparaó, como beneficiária no Programa de Eficiência Energética (PEE) perante a concessionária CEMIG - Chamada Pública de Projetos e Chamada Pública Reluz LED Eletrobras, conforme EDITAIS a serem publicados em 2020/2021, nas condições estabelecidas neste edital *nos termos da lei nº 9.991/2000 e suas alterações*. O Edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó-MG, CEP 36.834-000 ou através do site: www.caparao.mg.gov.br. Cristiano Xavier da Costa - Prefeito Municipal. 28/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 41/20 - Tomada de Preços 02/20
- Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com piso intertravado em diversas ruas do Município de Engenheiro Navarro/MG. Sessão remarcada para o dia 08/09/20 às 09:30 h. **Processo Licitatório 42/20 - Tomada de Preços 03/20** - Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com piso intertravado no Distrito de São Norberto do município de Engenheiro Navarro/MG, conforme convênio SICONV Nº 891775, operação Nº 10677516-11. Sessão remarcada para o dia 08/09/20 às 11:00 h. Edital disponível no site www.engenheironavarro.mg.gov.br. Bianca S. Rodrigues - Pregoeira e Presidente da CPL.

BOSAN PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 32.091.564/0001-73 - NIRE 31.300.123.502
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020
Data, Hora e Local: 31.8.2020, às 14:00 horas, na sede social da Bosan Participações S.A. (“Bosan” ou “Companhia”), localizada na Rua Alvarenga Peixoto nº 974, 8º andar, parte, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG. **Presença:** Presente o acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura do Livro de Presença de Acionistas. Presentes também (i) o Sr. Francisco Soares da Silva Junior, Álvaro Alexis Loureiro Junior e Ricardo Oishi Sonoda, Diretores da Companhia; e (ii) o Sr. Paulo Pecht, representante da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Composição da Mesa:** Sr. Francisco Soares da Silva Junior, Presidente; e Sr. Luis Eduardo Galvão, Secretário da Mesa. **Convocação e Publicações:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social, conforme disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** **(a)** Aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Incorporação da Companhia pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Banco Santander”), celebrado em 29 de julho de 2020 (“Protocolo e Justificação”); **(b)** Aprovar a incorporação da Companhia pelo Banco Santander (“Incorporação”), nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da Companhia; e **(c)** Autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações. **Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista da Companhia deliberou: **(1) Aprovar** a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **(2) Aprovar**, sem qualquer ressalva, o Protocolo e Justificação, cuja cópia foi autenticada pela Mesa e fará parte integrante desta ata como Anexo I. **(3) Aprovar** a incorporação da Companhia pelo Banco Santander, nos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social do Banco Santander, conforme previsto no Artigo 226, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Pela Incorporação ora aprovada, a Companhia será extinta e sucedida pelo Banco Santander em todos os seus bens, direitos e obrigações, na forma da lei. **(4) Autorizar** a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação da Incorporação. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos membros da Mesa e pelo acionista presente. Esta ata é cópia fiel da original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Mesa:** **Francisco Soares da Silva Junior** - Presidente da Mesa, **Luis Eduardo Galvão** - Secretário. **Acionista:** Banco Santander (Brasil) S.A. Luis Eduardo Galvão - Procurador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– PP nº 041/2020 a realizar dia 15/09/2020, abertura as 09:00 hs – Objeto – registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, médios, pesados, e máquinas fora de estrada, todos da frota municipal, com fornecimento de peças e acessórios genuínos da marca do veículo, ou originais de fábrica, conforme especificações constantes do termo de referência. Edital disponível no site: www.mirabela.mg.gov.br. Informações: (38)3239-1288 - Solange Mendes de Almeida – Pregoeira.

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG
Extrato de ata nº 047/2020 Pregão Presencial nº 016/2020 – Objeto: aquisição de refeição no município de Montes Claros-MG para atender as necessidades do Hospital Municipal de Bocaiuva-MG. R\$ RESTAURANTE E CONVENIENCIA SABOR LTDA - ME – Valor R\$ 51.537,50 – Vigência: 25/08/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG. Aviso de Publicação do Processo Licitatório nº 133/2020, Pregão nº 84/2020. Menor preço global. Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento e Instalação de Redes Físicas e Lógicas de Dados Wirelless. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 09h00min do dia 16/09/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35)3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA - MG
Aviso Contendo o resumo do Edital. A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG torna público que realizará **Pregão Presencial nº 018/2020**, Processo Licitatório nº 052/2020. **Objeto:** **Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e correlatos**, para fins de enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Novo Coronavírus, causador da COVID-19, destinados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Credenciamento: 15/09/2020, às 08:00h. Sessão oficial: 15/09/2020, às 08:15 horas. Informações: Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, site www.saojoaodalagoa.mg.gov.br, email licita.pmsj@yahoo.com.br. Telefone: (38) 3228-8133. São João da Lagoa, 31 de agosto de 2020. Betânia Saraiva Eulálio - Pregoeira.

A Sra. GISELLE APARECIDA ABREU MENDES FREIRE, responsável pelo empreendimento denominado POSTO BOM BOM LTDA, localizado na Rua Padre Pedro, nº 6400, Bairro Maria Helena-BH/MG, torna público que protocolou, em 27/08/2020 requerimento de Licença de Operação (Renovação) à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2020
CONCORRÊNCIA Nº 002/2020 - AVISO
O Município de Varginha (M.G.), através do Prefeito Municipal, Sr. Vêrdi Lúcio Melo, torna público que por motivos de alterações no texto editalício, os procedimentos relativos à **Licitação – Concorrência nº 002/2020**, cujo objeto constitui-se na **contratação de serviços na área de engenharia incluindo mão de obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para execução das obras de ampliação do Hospital Bom Pastor – Hospital da Criança**, restou redesignada a data de **05/10/2020 às 14h00 (quatorze horas)** para a sessão pública, com o protocolo dos Envelopes de Habilitação e Propostas, até às **11h00 (onze horas)** junto ao Departamento de Suprimentos do Município de Varginha, sito na Rua Júlio Paulo Marcelini, nº 50 – Vila Paiva / Varginha-M.G. Varginha(M.G.), 31 de agosto de 2020. Vêrdi Lúcio Melo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Intenção à Adesão de Ata de Registro de Preços – A Prefeitura Municipal de Porteirinha torna público o interesse em aderir a Ata de Registro de Preços nº 021/2020, proveniente do Pregão Presencial SRP nº 012/2020, Processo Licitatório nº 032/2020 da Prefeitura Municipal de Luislândia/MG, destinado à contratação especializada em serviços relacionados à Iluminação Pública, como manutenção, instalação e fornecimento de mão de obra, no valor total de R\$ 599.450,00. Damasceno Construções Ltda - EPP, CNPJ: 07.18.097.208/0001-36. Informações pelo e-mail: licitacao@porteirinha.mg.gov.br ou pelo fone (38) 3831-1297. Porteirinha/MG, 31/08/2020. Silvaneí Batista Santos – Prefeito Municipal.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Licitação amparado pela Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, com alteração dada pela Lei Federal nº 14.035 de 11/08/2020 - Pregão Presencial SRP nº. 45/2020 - Objeto: Teste rápido para diagnóstico do covid-19. Kit para detecção qualitativa específica de anticorpos IgM e IgG contra o vírus Sars-Cov-2, em amostras de soro, plasma e sangue total através da metodologia de imunocromatografia. Dia da licitação: 08/09/2020 às 09:00hs. Local: Pça. Presidente Vargas, 01 – Centro, Porteirinha/MG. Edital disponível www.porteirinha.mg.gov.br. Informações (38) 3831-1297 ou licitacao@porteirinha.mg.gov.br. Porteirinha/MG, 31/08/2020. Adv. Mendes Silva – Pregoeiro.

BANCO OLÉ CONSIGNADO S.A.
CNPJ nº 71.371.686/0001-75 - NIRE 31.300.108.996
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020
Data, Hora e Local: 31.8.2020, às 14:30 horas, na sede social do Banco Olé Consignado S.A. (“Banco Olé” ou “Companhia”), localizada na Rua Alvarenga Peixoto nº 974, 8º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG. **Presença:** Presente o acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura do Livro de Presença de Acionistas. Presentes também (i) o Sr. Francisco Soares da Silva Junior, Álvaro Alexis Loureiro Junior e Ricardo Oishi Sonoda, Diretores da Companhia; e (ii) o Sr. Paulo Pecht, representante da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Composição da Mesa:** Francisco Soares da Silva Junior, Presidente da Mesa. Álvaro Alexis Loureiro Junior, Secretário da Mesa. **Convocação e Publicações:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social, conforme disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** **(a)** Aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Incorporação da Companhia pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Banco Santander”), celebrado em 29 de julho de 2020 (“Protocolo e Justificação”); **(b)** Aprovar a incorporação da Companhia pelo Banco Santander (“Incorporação”), nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da Companhia; e **(c)** Autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações. **Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista da Companhia deliberou: **(1) Aprovar** a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **(2) Aprovar**, sem qualquer ressalva, o Protocolo e Justificação, cuja cópia foi autenticada pela Mesa e fará parte integrante desta ata como Anexo I. **(3) Aprovar** a incorporação da Companhia pelo Banco Santander, nos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social do Banco Santander, conforme previsto no Artigo 226, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Pela Incorporação ora aprovada, a Companhia será extinta e sucedida pelo Banco Santander em todos os seus bens, direitos e obrigações, na forma da lei. **(4) Autorizar** a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação da Incorporação. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos membros da Mesa e pelo acionista presente. Esta ata é cópia fiel da original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Mesa:** **Francisco Soares da Silva Junior** - Presidente da Mesa, **Álvaro Alexis Loureiro Junior** - Secretário. **Acionista:** Banco Santander (Brasil) S.A. Luis Eduardo Galvão - Procurador.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARENO** torna público **Concorrência nº 02/20**. Tipo: Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a construção do Centro Municipal de Apoio Cultural e Social. Abertura: 09h do dia 20 de outubro de 2020. O Edital encontra-se disponível junto ao setor de licitações e no site www.nazareno.mg.gov.br - Contato: Tel.: (35) 3842-1548 - José Heitor Guimarães de Carvalho - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de Nova Data e retificação do Processo Licitatório nº 174/2020 – Pregão nº 105/2020. Menor Preço. Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Mobilidade Urbana, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, Secretaria Municipal de Obras, Regulação Urbana e Defesa Civil, Controladoria do Município, Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento. Nova Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 22/09/2020. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretoria de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE REVOGAÇÃO
Fica revogado o **PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 133/2020 – PREGÃO PRESENCIAL PMI/SMA/SUCON Nº 066/2020** – cujo objeto consiste em: **Contratação de empresa para reforma do Cemitério do Distrito de Ipoema, no Município de Itabira/MG**, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Itabira, 31 de agosto de 2020 Maria Regina Silva Oliveira Camilo Secretária Municipal de Administração

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020
Data, Hora e Local: 31.8.2020, às 15:00 horas, na sede social do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Banco Santander” ou “Companhia”), localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2.041/2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04543-011, São Paulo/SP. **Presença:** Acionistas representando 95,97% do capital votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas e considerando os boletins válidos de voto à distância, conforme mapa sintético de votação divulgado pela Companhia. Presentes também os Srs. (i) Reginaldo Antonio Ribeiro e Amancio Acúrcio Gouveia, Diretores da Companhia; (ii) João Guilherme de Andrade So Consilgio, membro do Conselho Fiscal da Companhia; e (iii) Edison Arisa, representante da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **Composição da Mesa:** **Presidente:** Daniel Pareto; e **Secretária:** Beatriz Arruda Outeiro. **Convocação e Publicações:** Edital de Convocação publicado nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, em edições de 30 e 31 de julho e 01 de agosto de 2020; e Valor Econômico, em edições dos dias 30 e 31 de julho e 03 de agosto de 2020. **Ordem do Dia:** **(1)** Ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada responsável pela elaboração dos competentes laudos de avaliação (“**Laudos de Avaliação**”) da Bosan Participações S.A. (“**Bosan**”) e do Banco Olé Consignado S.A. (“**Banco Olé**”) e, em conjunto com Bosan, (“**Incorporadas**”); **(2)** Aprovar os Laudos de Avaliação; **(3)** Aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Incorporação da Bosan pela Companhia, celebrado em 29 de julho de 2020 (“**Protocolo e Justificação da Bosan**”); **(4)** Aprovar a incorporação da Bosan pela Companhia, na forma do art. 227 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“**Incorporação da Bosan**”), nos termos do Protocolo e Justificação da Bosan, com a consequente extinção da Bosan; **(5)** Aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Incorporação do Banco Olé pela Companhia, celebrado em 29 de julho de 2020 (“**Protocolo e Justificação do Banco Olé**”); **(6)** Aprovar a incorporação do Banco Olé pela Companhia, na forma do art. 227 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“**Incorporação do Banco Olé**”) e, em conjunto com a Incorporação da Bosan, (“**Incorporações**”), nos termos do Protocolo e Justificação do Banco Olé, com a consequente extinção do Banco Olé; e **(7)** Autorizar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** **(1)** Dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas e foram disponibilizados no site da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**” – www.cvm.gov.br) em 29 de julho de 2020; **(2)** As declarações de votos, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, e divulgados de acordo com a norma aplicável; e **(3)** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do Art. 130 da Lei nº 6.404/76. **Voto a Distância:** Os acionistas presentes deliberaram dispensar a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 30.08.2020, conforme previsto no § 4º do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, introduzido pela Instrução CVM nº 561/2015, o qual também foi colocado sobre a mesa para apreciação dos acionistas juntamente com os demais documentos supracitados. **Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia deliberaram: **(1) Ratificar**, por maioria, com 3.664.725.720 de votos favoráveis, 15.625 de votos contrários e 67.135 de votos não proferidos devido a abstenções, a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada que havia sido previamente escolhida para elaborar os respectivos Laudos de Avaliação dos patrimônios líquidos da Bosan e do Banco Olé, a serem incorporados pelo Banco Santander, na data-base de 30 de junho de 2020, pelos seus respectivos valores contábeis; **(2) Aprovar**, por maioria, com 3.664.721.467 de votos favoráveis, 14.597 de votos contrários e 72.416 de votos não proferidos devido a abstenções, os respectivos Laudos de Avaliação, sem qualquer ressalva, que autenticados pela Mesa fazem parte integrante desta ata como **Anexo I** e **II**, os quais apuraram (i) o patrimônio líquido contábil da Bosan no montante de R\$ 700.624.940,21 (setecentos milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e novecentos e quarenta reais e vinte e um centavos), e (ii) o patrimônio líquido contábil do Banco Olé no montante de R\$ 1.751.093.745,37 (um bilhão, setecentos e cinquenta e um milhões, noventa e três mil e setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos), valores esses que serão inteiramente recebidos pelo Banco Santander, conforme indicado no Protocolo e Justificação da Bosan e no Protocolo e Justificação do Banco Olé, respectivamente; **(3) Aprovar**, por maioria, com 3.664.707.234 de votos favoráveis, 18.622 de votos contrários e 82.624 de votos não proferidos devido a abstenções, sem qualquer ressalva e nos exatos termos aprovados pelo Conselho de Administração do Banco Santander, conforme reunião realizada no dia 29 de julho de 2020, o Protocolo e Justificação da Bosan, cuja cópia foi autenticada pela Mesa e fará parte integrante desta ata como **Anexo III**; **(4) Aprovar**, por maioria, com 3.664.708.274 de votos favoráveis, 18.606 de votos contrários e 81.600 de votos não proferidos devido a abstenções, a incorporação da Bosan pelo Banco Santander, nos termos do Protocolo e Justificação da Bosan, sem aumento do capital social do Banco Santander, conforme previsto no Artigo 226, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Em decorrência da Incorporação da Bosan ora aprovada, a Bosan será extinta e sucedida pelo Banco Santander em todos os seus bens, direitos e obrigações, na forma prevista na Lei nº 6.404/76. A efetivação da Incorporação da Bosan estará sujeita à homologação do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012; **(5) Aprovar**, por maioria, com 3.664.712.778 de votos favoráveis, 13.309 de votos contrários e 82.393 de votos não proferidos devido a abstenções, sem qualquer ressalva e nos exatos termos aprovados pelo Conselho de Administração do Banco Santander, conforme reunião realizada no dia 29 de julho de 2020, o Protocolo e Justificação do Banco Olé, cuja cópia foi autenticada pela Mesa e fará parte integrante desta ata como **Anexo IV**; **(6) Aprovar**, por maioria, com 3.664.711.054 de votos favoráveis, 13.309 de votos contrários e 84.117 de votos não proferidos devido a abstenções, ato contínuo à Incorporação da Bosan aprovada conforme item (4) acima, a incorporação do Banco Olé pelo Banco Santander, nos termos do Protocolo e Justificação do Banco Olé, sem aumento do capital social do Banco Santander, conforme previsto no Artigo 226, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Em decorrência da Incorporação do Banco Olé ora aprovada, o Banco Olé será extinto e sucedida pelo Banco Santander em todos os seus bens, direitos e obrigações, na forma prevista na Lei nº 6.404/76. A efetivação da Incorporação do Banco Olé estará sujeita à homologação do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012; e **(7) Autorizar**, por maioria, com 3.664.713.636 de votos favoráveis, 12.296 de votos contrários e 82.548 de votos não proferidos devido a abstenções, a prática, pelos diretores da Companhia, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações, nos termos ora aprovados. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. **Assinaturas:** Daniel Pareto, Presidente da Mesa e Beatriz Arruda Outeiro, Secretária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG REPUBLIÇÃO DE EDITAL - PROCESSO: 0097 / 2020 - Tomada de Preço: 0007/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará no dia, 09 de Setembro de 2020 Quarta-feira às 09:00:00, em sua sede situada na Praça Dr Rockert, nº 92, Centro, Janaúba/MG, a sessão de julgamento das propostas referente ao processo de Licitação de nº 0097/2020 na modalidade Tomada de Preço nº 0007/2020, do tipo Menor Preço Global para Reforma de Banheiros do Mercado Municipal, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antonio de Carvalho Lopes. Presidente CPL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG REPUBLIÇÃO DE EDITAL - PROCESSO: 0114 / 2020 - Pregão Eletrônico: 0037/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará no dia, 22 de Setembro de 2020 Terça-feira às 09:00:00, em sua sede situada na Praça Dr Rockert, nº 92, Centro, Janaúba/MG, Licitação de nº 0114/2020 na modalidade Pregão Eletrônico nº 0037/2020, do tipo Menor Preço por Item para Aquisição de EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antonio de Carvalho Lopes - Pregoeiro Oficial.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 0067/2020. MODALIDADE Pregão Eletrônico:0020/2020. CONTRATANTE: Município de Janaúba-MG. CONTRATADA/VALOR: AVOHAI EVENTOS LTDA/ R\$ 70.257,10; CLEMENTE DIAS SOARES JUNIOR - ME/ R\$ 84.471,13; RB COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI/ R\$ 161.033,11. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de Material Reprográfico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 0068/2020. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO: 0021/2020. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda/ R\$ 784.978,49. Objeto da Licitação: Gerenciamento de Frotas. PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 0072/2020. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO:0025/2020. CONTRATANTE: Município de Janaúba-Mg. Contratada/Valor: Vitanet Comercio De Equipamentos & Transportes Rodoviários Eireli/ R\$ 92.199,99. Objeto da Licitação: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Regional de Janaúba. PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 0119/2020 - Pregão Eletrônico: 0040/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará no dia, 15 de Setembro de 2020 às 09:00:00, Terça-feira, Licitação de nº 0119/2020 na modalidade Pregão Eletrônico nº 0040/2020, do tipo Menor Preço por item para Manutenção e Fornecimento de Peças para Reposição em Bombas e Painéis, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, em sua sede situada na Praça Dr Rockert, nº 92, Centro, Janaúba/MG, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antônio de Carvalho Lopes - Pregoeiro Oficial. PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 0123/2020 - Tomada de Preço: 0009/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará no dia, 21 de Setembro de 2020 15:00:00 Segunda-feira, em sua sede situada na Praça Dr Rockert, nº 92, Centro, Janaúba/MG, Licitação de nº 0123/2020 na modalidade Tomada de Preço nº 0009/2020, do tipo Menor Preço por Lote para Drenagem Pluvial do Bairro Saudade e São Gonçalo, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antônio de Carvalho Lopes - Presidente CPL.

Prefeitura Municipal de Ninheira, RETIFICA, aviso de dispensa publicado em 31/08/2020, no Hoje em Dia, página 5. Onde lê Dispensa 020/2020 leia dispensa 019/2020 – Elen C.Santos – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COBERTURA METÁLICA E PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA MÃE D'ÁGUA.	A CPL informa que em 31/08/2020 foi realizado o julgamento do Anexo II - Planilhas de Preços, onde o licitante LMF ENGENHARIA LTDA foi considerado vencedor, por apresentar o menor valor global para execução dos serviços.
---	---

São G. Rio Abaixo, 31/08/2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA-MG**

AVISO DE LICITAÇÃO

**Pregão Presencial Registro de
Preço - nº 222/2020**

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 222/2020. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 123/06. Objeto:** Eventual aquisição de mobiliário para atender a Secretaria de Saúde do Município de Nova Lima. Data de realização **14/09/2020 às 09:00 h.** O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 31 de agosto de 2020.

A Prequeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de retificação e nova data do Processo Licitatório nº 142/2020 – Pregão nº 88/2020. Menor preço por item. REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS, LEITES E SUPLEMENTOS para suprir as necessidades de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e marcas específicas em atendimento à ordens judiciais. Nova Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 21/09/2020. O Edital retificado encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretoria de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020 - PROCESSO Nº 032/2020
Tipo: Menor Valor por Item. Objeto: Promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição de medicamentos para atender ordens judiciais. Abertura das Propostas por meio eletrônico Dia 14/09/2020, às 08h00min. O Edital da licitação se encontra disponível no site www.licitacoes-e.com.br e/ou www.esmeraldas.mg.gov.br. Informações: Av. José Pinto da Silva, nº 409, São José, Esmeraldas - MG, CEP: 35.740-000. Tel.: (31) 3538-8885.
Guilherme Henrique Correa Fernandes - Pregoeiro

DIAMED LATINO AMÉRICA S.A.
CNPJ nº 71.015.853/0001-45 - NIRE 3130001415-1

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas da **DIAMED LATINO AMÉRICA S.A. ("Companhia")** para participarem da Assembleia Geral Ordinária, e Extraordinária que se realizará às 10h00 (dez) horas do dia 10 de setembro de 2020, na sede da Companhia, localizada na Rua Alfredo Albano da Costa, nº 100, Distrito Industrial de Lagoa Santa, na Cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, a fim de tratarem da seguinte ORDEM DO DIA: (i) Analisar e aprovar, se for o caso, as contas dos administradores da Companhia, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019; (iii) Qualquer outro assunto de interesse da Companhia.

Lagoa Santa, 01 de setembro de 2020

Norman David Schwartz - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020
O Município de Itaubim/MG - torna público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial - Tipo: menor preço por item - para Registro de Preços para Eventual Prestação de Serviços de Máquinas Pesadas. Abertura dos envelopes dar-se-á no dia: 22/09/2020, às 09:00 horas. As cópias do Edital nº. 050/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020 - PAL Nº. 065/2020. Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no Depto. Municipal de Licitação e Patrimônio - Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000 - Itaubim/MG. Fone: (33) 3734-1157. E-mail: licitacao@itaobim.mg.gov.br. Cópia do Edital disponível no site: www.itaobim.mg.gov.br. Robson José Chaves - Pregoeiro Interino.

A young man with a large afro and glasses is sitting cross-legged, smiling. He is wearing a white t-shirt and blue jeans. He is holding a laptop in his lap that displays the text '+ DE 30 CURSOS PRESENCIAIS E ONLINE'. To his left is a black backpack with a red and blue bag hanging from it. The background is a dark blue gradient with a large, glowing blue circle behind the student. On the right side of the image, there is white and blue text. At the bottom left, there is a logo for 'Google for Education' and a small text 'Empresa Parceira'. At the bottom right, there is a WhatsApp icon and a phone number.

K FACULDADES
KENNEDY

@f /faculdadeskennedy

**DESCUBRA
NOVAS
POSSIBILIDADES**

NA KENNEDY VOCÊ PODE ESTUDAR

**PROVAS ONLINE
BOLSAS DE
ATÉ 75%***

VESTIBULAR 2/2020

vestibular.kennedy.br

Empresa Parceira
Google for Education

WhatsApp (31) 98488-7050 • 0800 031 2103